

## Polícia reprime trabalhadores durante manifestação contra PL 4330 em Brasília

Augusto Coelho



Violência policial em frente ao Congresso Nacional; no destaque, tropa barra trabalhadores. Abaixo, à esquerda, diretores do Sindicato na manifestação em Brasília; abaixo, à direita, diretores no ato contra o PL 4330, realizado no Largo da Catedral, em Campinas



Guina



Júlio César Costa

A violência policial, truculência mesmo, imperou na tarde do último dia 7 em Brasília durante manifestação contra o Projeto de Lei 4330/2004, organizada pelas centrais sindicais em frente ao Congresso Nacional, em Brasília.

Para intimidar os trabalhadores, a polícia legislativa, assim chamada a guarda da “Casa do Povo”, não poupou spray de pimenta, bombas de gás, duas prisões, casquetes e, conseqüentemente, três feri-

dos. Segundo balanço da CUT, a manifestação reuniu cinco mil pessoas; entre elas, 18 diretores do Sindicato. No país, no mesmo dia 7, as centrais realizaram manifestações nos grandes centros; em Campinas, a subsele da CUT realizou ato de protesto no Largo da Catedral.

### Urgência: votação

A Câmara dos Deputados aprovou no mesmo dia 7 o pedido de regime de urgência à proposta; placar da votação: 316 a 166. Os debates

iniciaram na quarta-feira, dia 8, e a votação do PL 4330, segundo anunciou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), é o passo seguinte.

O texto em debate é substitutivo do deputado Arthur Maia (SD-BA), que liberaliza a terceirização para todas as atividades das empresas, incluindo as atividades principais e permanentes, das áreas rurais e urbanas, empresas públicas, sociedades de economia mista, au-

tarquias e fundacionais.

Para o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, que participou da manifestação em Brasília no último dia 7. A aprovação do PL 4330 significa a maior reforma trabalhista precarizadora do país. “O PL 4330 representa o desmonte da CLT (Consolidação das Leis Trabalho). Se aprovado como está, dentro de alguns anos o Brasil terá 30 milhões de trabalhadores terceirizados; hoje somam 12 milhões”.

# Sindicatos exigem da Caixa Federal agilidade no processo de contratação

Os sindicatos exigiram da Caixa Federal maior agilidade nas contratações, durante a retomada da mesa permanente de negociação, no último dia 31.

Os representantes do banco público, no entanto, não informaram como será a convocação dos concursados e como a Caixa Federal pretende repor as vagas dos empregados que optarem pelo Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA) até o dia 29 de maio.

O diretor do Sindicato Carlos Augusto Silva (Pipoca), que participou da mesa como representante da Federação dos Bancários de SP e MS, esclarece que o aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) prevê a contratação de 2 mil empregados até o dia 31 de dezembro deste ano. Segundo dados repassados pela Caixa Federal, em janeiro e fevereiro últimos foram contratados 417 empregados e 146 se desligaram. Diante da falta de pessoal, entra em cena a jornada extra, que não está sendo paga com regularidade, e até fraude no cumprimento da jornada contratada. Os sindicatos, inclusive, criticaram a existência de dotação orçamentária nas unidades para pagamento de extras. Enquanto esse mecanismo for utilizado, destacaram os representantes dos empregados na mesa, as manobras para burlar a jornada permanecerão, assim como a exigência para compensar 90% das extras, como já acontece nas unidades de ponta.

## Promoção por mérito

Veja matéria completa no site do Sindicato ([www.bancarioscampinas.org.br](http://www.bancarioscampinas.org.br)), abordando os pontos Saúde Caixa, graduação e idiomas.



Carlos Augusto Silva, diretor do Sindicato, participa da negociação

Na primeira negociação permanente de 2015, outros temas foram discutidos. Um deles foi a promoção por mérito. Os sindicatos ratificaram a sistemática construída pela comissão paritária do Plano de Cargos e Salários (PCS). As discussões começaram no dia 28 de janeiro e foram encerradas no último dia 30. O diretor do Sindicato, Marcelo Lopes, participou das reuniões da comissão paritária como representante da Federação dos Bancários de SP e MS.

O novo modelo de promoção por merecimento traz avanços significativos para os empregados como a conquista de um delta com 40 pontos, 10 a menos que na sistemática anterior. Outros avanços foram a pontuação extra de 10 pontos e a valorização dos critérios subjetivos, que asseguram maior participação do empregado no processo de distribuição dos del-

tas.

A sistemática terá pontuação máxima de 70. Os critérios objetivos serão distribuídos da seguinte forma: 20 pontos pela conclusão de 30 horas anuais de módulos da Universidade Caixa, 5 pontos pela participação no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e 15 pontos para a frequência medida pelo Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon).

O extra de 10 pontos será dado para iniciativa de autodesenvolvimento. A Caixa Federal assegurou que não haverá exigências de cursos. Ou seja, serão contados os cursos que o empregado fizer.

A sistemática é composta ainda por critérios subjetivos que contam 20 pontos. Cada empregado poderá indicar de dois a oito empregados da sua unidade (preferencialmente da

sua equipe) que atendam os critérios de avaliação como relacionamento no ambiente de trabalho e contribuição para a solução de problemas.

O número de indicações irá variar em função do tamanho da unidade, e a distribuição dos 20 pontos em função do número de indicações recebida por cada empregado.

## PSI

A Caixa Federal informou que os processos seletivos internos poderão ser retomados no dia 31 de maio. Os PSIs estavam suspensos por conta da realização do PAA. O banco de sucessores e habilitados continua funcionando. A Caixa Federal assegurou ainda que dispõe de um banco de habilitados para caixa e tesoureiro. Os representantes do banco público também repassaram informações sobre o andamento do Processo Seletivo para o banco de habilitados para cargos técnicos. As primeiras provas ocorrerão nos dias 28 e 29 deste mês de abril para assistente júnior e assistente executivo júnior. Dois mil empregados se inscreveram em todo o país.

Os sindicatos questionaram a não existência nas unidades de espaços específicos para os empregados realizarem a prova. A Caixa Federal alegou que não tem como viabilizar o atendimento dessa reivindicação. Ficou definido que, caso haja algum problema nas avaliações, o assunto voltará à mesa de negociação permanente para se debater ajustes no processo.

## SISTEMA FINANCEIRO

### Caixa Federal 100% pública, diz ministro da Fazenda

O governo federal vai estudar a abertura de capital da Caixa Seguridade, segundo anunciou o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no último dia 8. O ministro anunciou ainda que a Caixa Federal vai continuar 100% pública.

Já a presidente da Caixa Federal, Miriam Belchior, disse: "A Caixa continua 100% pública. Vamos estudar a possibilidade de fazer abertura de capital de todas as participações que a Caixa tem na área de seguros", segundo matéria do jornal O Estado de S. Paulo.

A Caixa Seguridade mantém so-

cidade com a francesa CNP Assurances, que detém o controle, com 51,75% do capital. Os 48,2% restantes pertencem à Caixa Federal, que poderá ofertar parte desse valor ao mercado.

## Governo recua

A decisão em manter a Caixa Federal 100% pública e limitar a abertura de capital à Caixa Seguridade, mostra que o governo federal recuou em relação a proposta anunciada na virada de 2014, que previa abertura total. "Sem dúvida alguma, a ação coordenada pelo movimento sindical bancário, que começou e se

mantém forte, levou o governo a retroceder", avalia o diretor do Sindicato, Gabriel Musso. Segundo ele, o movimento contra a privatização, no entanto, não acabou. "É preciso ficar atento e impedir que o movimento privatista dê as cartas dentro da Caixa Federal. O modelo de gestão que querem implementar, por exemplo, caminha nesse sentido. A Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) visa implantar metas individuais para todos. O que é inaceitável, assim como o processo de contratações, lento e gradual, dentre outras manobras".

**Sindicato dos Bancários**  
Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO

PRESIDENTE: JEFERSON RUBENS BOAVA

JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIRO GIMENEZ (MTB 13.683)

DIRETORA DE IMPRENSA: MARIA APARECIDA DA SILVA

IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES

SEDE: RUA FERREIRA PENTEDO, 460, CENTRO.

FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602

CLUBE: (19) 3251-3718

SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869

AMPARO: (19) 3807-6164

MOGI GUAÇU: (19) 3841-3993

SJB VISTA: (19) 3622-3514

INTERNET: [WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR](http://WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR)

E-MAIL: [JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR](mailto:JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR)

TIRAGEM: 11.000 EXEMPLARES

FILIADO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

# Sindicatos cobram do BB mais contratações e negociação sobre Cassi

Na retomada da mesa permanente de negociação, realizada no último dia 24 de março, a Comissão de Empresa dos Funcionários e o Banco do Brasil discutiram temas como o pagamento pela pausa obrigatória de 15 minutos às mulheres; a ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre o regime de trabalho de advogados, arquitetos e engenheiros; a forma de recebimento do dinheiro referente ao vale transporte, mais contratações, explicações sobre o corte de 3 mil vagas na dotação, abertura de negociação sobre a Cassi, dentre outros pontos. O presidente do Sindicato, Jeferson Boava, participou como representante da Federação dos Bancários de SP e MS. “Foram tratados vários temas e todos serão discutidos nos locais de trabalho”, esclarece o presidente do Sindicato.

**15 minutos para as mulheres:** O Supremo Tribunal Federal impôs a obrigatoriedade das funcionárias do Banco do Brasil de cumprirem pausa de 15 minutos antes do início da jornada extra. Apesar de a determinação constar na CLT, o BB não regulamentou esse período no ponto eletrônico. Consequentemente, as funcionárias que cumpriram (ou cumpriram) hora-extra tiveram (e terão) desconto de 15 minutos. Os representantes dos funcionários cobraram a regularização no ponto eletrônico e que o BB efetue o pagamento de todas as horas já realizadas. “Diante do passivo trabalhista, o tema exige discussões imediatas”, destaca o presidente do Sindicato, Jeferson Boava.

**Advogados, arquitetos e engenheiros:** O Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal move ação obrigando o Banco do Brasil a migrar para o cargo de escriturário, por meio de concurso externo, os analistas jurídicos, de engenheira ou arquitetura.

**Vale Transporte:** Na assinatura do acordo aditivo à CCT, o BB se comprometeu a pagar o vale transporte em dinheiro, mas garantiu a opção de reverter os créditos para cartão magnético. No entanto, não cumpriu o que foi acordado. No momento, os funcionários só tem a possibilidade de receber em dinheiro. Os representantes dos funcionários cobraram o equacionamento do problema.



Jeferson Boava, presidente do Sindicato, na mesa com BB

**CCP:** Termina em 21 de maio o programa vigente de Comissão de Conciliação Prévia (CCP) direcionada aos funcionários que pedem demissão. O BB vai apresentar novo modelo. Os representantes dos funcionários reivindicaram ajustes.

**Certificação e ascensão de administradores na rede varejo:** O BB apresentou projeto sobre o tema. Os representantes dos funcionários questionaram alguns pontos, principalmente a linha de corte de 5% do total de gestores que automaticamente serão rebaixados de função. Para os demais, em vez da perda da comissão, terão um rebaixamento na carreira durante o período de avaliação. E mais: o funcionário também receberá uma certificação. Se for negativa, o funcionário será deslocado para o cargo logo abaixo ao atual em vez de voltar a ser escriturário. “É inaceitável uma linha de corte pré-definida”, avalia o presidente do Sindicato.

**Reestruturação na Gecex:** O BB havia informado que os funcionários envolvidos na reestruturação do setor não sofreriam prejuízos. No entanto, ocorreu o inverso com assistentes, com jornada de oito horas, que foram obrigados a migrar para as seis horas.

**Triagem:** A Comissão Executiva também apresentou à mesa as denúncias de que os caixas estão sendo orientados a não aceitar transações (pagamento de contas, saques ou depósitos) com valor inferior a R\$ 800,00 empurrando assim os usuários para o autoatendimento. O BB afirmou que o projeto tem o objetivo de orientar os clientes a utilizarem os canais alter-

nativos, mas o cliente tem total liberdade para efetivar as transações no caixa.

**Escritório de negócios:** O BB apresentou ainda um piloto de escritório de negócios com atendimento remoto para clientes Pessoa Física do segmento Estilo e personalizado e com horário ampliado das 7h à meia-noite. O piloto será implementado em Joinville (SC) neste mês de abril.

**Hora-extra:** Para quem optou pela função gratificada de seis horas no novo plano de funções, o BB anunciou que o acordo acabou e não haverá prorrogação.

**Trainee:** Também foi apresentado o Programa Trainee BB para recrutar funcionários com até cinco anos de carreira e que, ao final do processo de seleção e após um ano de estágio serão nomeados para o cargo de Assessor em UE – Unidade Estratégica.

**Previ, Cassi e Caref:** Os representantes dos funcionários entregaram três ofícios ao BB: um requisitando a devolução da contribuição patronal no plano Previ Futuro ao funcionário que se desligou; outro cobrando reunião para discutir o deficit da Cassi; e um terceiro requisitando a revisão do resultado do inquérito administrativo contra a funcionária e dirigente sindical Juliana Publio. Eleita recentemente ao Caref, Juliana foi suspensa por 20 dias após a conclusão de um inquérito administrativo em que o Banco do Brasil questiona a sua atuação como delegada sindical na luta contra a reestruturação da Gecex (Gerência de Comércio Exterior).  
**Fonte:** SEEB São Paulo

## BB unifica Gestão de Pessoas à Varejo

O Conselho de Administração do Banco do Brasil extinguiu a vice-presidência de Gestão de Pessoas, que foi agregada a nova vice-presidência de Distribuição, Varejo e Gestão de Pessoas. A mudança foi anunciada no último dia 6. Para o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, “a decisão do BB mostra claramente que a valorização dos funcionários não é uma prioridade da diretoria”. E indaga: “como pode a diretoria que impõe metas, por exemplo, ser responsável em fazer a gestão de pessoas?”. O presidente do Sindicato destaca ainda que se trata de “uma reestruturação equivocada”.

Augusto Coelho

## SANTANDER

### Banesprev no Sindicato

O Sindicato promove Encontro sobre o Banesprev no dia 23 de abril, em Campinas. O presidente do Fundo Banespa de Seguridade Social, Jarbas Antonio de Biagi, o diretor financeiro Luiz Antonio Tadashi Kitamura e o diretor administrativo Sérgio Kiyoshi Hirata, convidados pelo Sindicato, já confirmaram participação.

O Encontro será uma oportunidade aos participantes esclarecem dúvidas sobre os planos administrados pelo Banesprev, Dia 23 de abril, às 18h30 na sede do Sindicato (Rua Ferreira Penteado, 460, centro, próximo do Corpo de Bombeiros).

### Livro aborda exclusão do negro no mercado de trabalho pós abolição

Novo livro do historiador e professor Ramatis Jacino “Transição e Exclusão” aponta “significativa exclusão do mercado de trabalho enfrentado pela população negra na cidade de São Paulo, nas primeiras décadas do século 20”. Lançado pela Editora Nefertiti, com o subtítulo “O negro no mercado de trabalho pós abolição, 1912/1920”, o livro é resultado da pesquisa de doutorado que o historiador e professor desenvolveu na Universidade de São Paulo

Ramatis Jacino, em busca de compreender as razões e os mecanismos dessa exclusão, constatou que “houve uma opção por ‘branquear’ o mercado de trabalho por parte das elites, negando ao homem e a mulher negra ocupações valorizadas socialmente e melhor remuneradas, privilegiando os imigrantes europeus”.

**Fonte:** Editora Nefertiti

Acesse o site do Sindicato e acompanhe as notícias em tempo real. [www.bancarioscampinas.org.br](http://www.bancarioscampinas.org.br)

# Encontro de Mulheres debate divisão sexual do trabalho, paridade e democracia

Mais de 500 trabalhadoras participaram o 8º Encontro Nacional das Mulheres da CUT, realizado entre os dias 27 e 29 de março último em Brasília; entre elas, a diretora do Sindicato, Elisa Ferreira. O Encontro contou ainda com a participação da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

Três grandes temas permearam o debate: divisão sexual do trabalho; democracia, reforma política e luta feminista; e paridade.

**Divisão sexual do trabalho:** Para a diretora Elisa, que foi eleita delegada ao Encontro Nacional durante o Estadual realizado entre os dias 8 e 9 de março, em São Paulo, existe uma falsa separação entre o mundo da produção e o mundo da reprodução, “como se um não dependesse do outro. O capitalismo depende do trabalho reprodutivo para sua sobrevivência, mas não o valoriza”. O Encontro, segundo a diretora do Sindicato, apontou vários caminhos para romper



Elisa Ferreira, diretora do Sindicato, no Encontro em Brasília

essa divisão: “fortalecer a luta por responsabilidades familiares compartilhadas; por escolas e creches em tempo integral; por políticas públicas de enfrentamento da questão; desconstruir os papéis tradicionais de gênero; por redução da jornada de trabalho sem redução do salário; e exigir compromisso dos homens com es-

sas bandeiras”.

**Democracia e luta feminista :** “trata-se de alterar, na correlação de forças políticas, a função e o papel do Estado, que refletem os valores culturais da sociedade assim como reproduzem as relações de poder”, destaca a diretora do Sindicato. Como exemplo, Elisa cita a violência doméstica. “Du-

rante muito tempo a discussão do tema ficou restrita ao seguinte ponto: se pertencia ao âmbito privado ou público”. A diretora do Sindicato destaca que outra discussão importante refere-se aos meios de comunicação: “quem detém o poder de interpretar a realidade”.

**Paridade:** No âmbito da CUT, a paridade foi conquistada no último congresso da central. A diretora Elisa observa: “é um tema transversal, uma condição essencial para o avanço da luta das mulheres em todos os fóruns. A classe trabalhadora tem dois sexos. Enquanto a direção política não refletir esses dois sexos, a política não será democrática”.

## Marcha das Margaridas

Nos dias 11 e 12 de agosto será realizada a versão 2015 da Marcha das Margaridas, em Brasília. Realizada desde 2000, a Marcha deste ano terá como lema: “Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”.

## ARTIGO

[www.bancarioscampinas.org.br](http://www.bancarioscampinas.org.br)

## Poder financeiro e ajuste fiscal

Profª. Drª Maria Alejandra Madi

Na conjuntura econômica atual, a sustentabilidade do processo de crescimento com inclusão social recentemente foi colocada em questão. Além do endividamento e da inflação, outras questões afetam o nível de rendimentos reais do trabalhador. O impacto da nova dinâmica empresarial para o trabalho é profundo e modifica as condições de empregabilidade. Neste ambiente de negócios, as médias e grandes empresas têm sido seletivas na redefinição de seus projetos de investimento, assim como os investimentos em infraestrutura não se mostram atrativos aos investidores.

Ademais, a conjuntura atual revela que os desafios macroeconômicos quanto a juros e câmbio se ampliaram desde 2012. Crescente vulnerabilidade macroeconômica (juros, câmbio), por exemplo, fazem do cenário que amortece as expectativas em torno da sustentabilidade do crescimento econômico com inclusão social. Assim, no cenário econômico atual podemos destacar os fatores que certamente ampliam as incertezas no futuro próximo: 1) Conjuntura macroeconômica com tendência à estagnação; 2) Inflação que mina o poder de compra dos trabalhadores; 3) Endividamento das famílias num cenário de elevadas taxas nomi-

nais de juros; 4) Descompasso entre a produção da indústria e as vendas do varejo. A escolha de equipe econômica, após as eleições de 2014, afirma a necessidade do ajuste fiscal, complementando tal ajuste com a elevação da taxa de juros e o câmbio flutuante.

No Brasil, a situação fiscal se deteriorou, sobretudo, depois de 2011, 2012, quando o crescimento da economia começou a se desacelerar. Diante da desaceleração econômica e da precariedade fiscal, a recomendação do mercado financeiro é de fazer o ajuste fiscal que remete aos aspectos redistributivos relevantes. Se olharmos a questão distributiva sob a ótica dos juros da dívida pública, podemos dizer que o próprio ajuste fiscal, com a elevação dos juros e a expansão da dívida pública, favorece os lucros dos bancos, a concentração da renda e riqueza em detrimento da implementação de políticas públicas promotoras do desenvolvimento com equidade.

Com efeito, os defensores do ajuste fiscal, tais como a Febraban, procuram mascarar as relações de poder. Quando o ajuste fiscal é iniciado num período de recessão econômica, a tendência é que estimule a queda dos gastos na economia porque gera incertezas adicionais. Os juros mais elevados e as res-

trições ao crédito afetam negativamente investimentos, consumo e empregos. Nesse contexto, eventuais reduções de direitos trabalhistas e sociais diminuirão o socorro às camadas desprotegidas da população. Como resultado, a renda das famílias disponível para gastos terá uma diminuição não só pelo efeito de medidas tais como aumento de impostos, elevação de juros, redução de benefícios sociais e aumento das tarifas públicas, mas também pela dinâmica da inflação. Quando a queda da inflação ocorrer será pela queda da demanda e não pela alta dos juros. Neste quadro, o desemprego e o aumento da inadimplência das famílias são questões correlatas que incidirão sobre a gestão dos riscos bancários.

Nesse contexto recessivo, a arrecadação nominal do governo cai e dificulta as projeções quanto a investimentos públicos e gastos sociais. Nesse sentido, fica difícil imaginar como o país voltará a crescer nos próximos anos. No atual ambiente de negócios, os bancos privados têm sido cada vez mais seletivos em empréstimos num cenário caracterizado por uma reversão de expectativas quanto ao crescimento e à inflação. Ademais, a crise política agrava o cenário de identificação do risco de crédito. Em suma, quando avaliamos as



Júlio César Costa

perspectivas de lucros dos bancos, observamos que a proposta do ajuste fiscal levará bancos e investidores a centrar a gestão patrimonial no manejo da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros.

O governo afirma que, com o ajuste das contas do setor público, o setor privado vai ganhar mais confiança, vai investir, e aí a economia brasileira reencontrará o rumo do crescimento. Todavia, vale destacar que a política de ajuste fiscal representa um conjunto de interesses e relações de poder. Diante da desigualdade da correlação de forças, os governos que adotam o ajuste fiscal acabam capitulando diante do poder dos mercados financeiros. A contrapartida do restabelecimento da credibilidade é a promessa de pagamento dos juros da dívida pública. Como resultado, ajuste fiscal e rentismo são as duas faces da atual conjuntura brasileira.

Profª. Drª Maria Alejandra Madi, vice-presidente da Ordem dos Economistas do Brasil e conselheira do Conselho Regional de Economia (SP)